

Olavo de Medeiros Filho
Luís da Câmara Cascudo
Enélio Lima Petrovich
Marcus César Cavalcanti de Moraes
Valério Mesquita

RIO GRANDE DO NORTE 500 anos

4(813.2)
M488r

ABRN

Natal - RN
2001







Rio Grande do Norte

500 Anos

Olavo de Medeiros Filho

Luís da Câmara Cascudo

Enélio Lima Petrovich

Marcus César Cavalcanti de Moraes

Valério Mesquita

NATAL-RN

2001

94(813.2)
44881



Coleção CULTURA - 16

Edição comemorativa – V Centenário do Rio Grande do Norte
– III Encontro Regional de Institutos Históricos
Agosto - 2001

981.32

Vários autores

Rio Grande do Norte: 500 Anos. Natal, I.H.G 2001.

55 p. : il.

1. Brasil. História. 2. História do Rio Grande do Norte -
500 Anos. 3. II Título

I.H.G.RN

CDD 981.32

Capa: Arte - Emanuel Amaral e Alessandro Amaral

Fotos: Mapa do Rio Grande do Norte

(Atlas do Império do Brasil - 1868) e Marco de Touros

Digitação: José Maria Fernandes de Lima e

Sérgio Luiz Soppa

Iniciativa: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

Presidência: Enélio Lima Petrovich

Apoio: *SENADO FEDERAL*

*Impresso na Secretaria Especial de Editoração e Publicações do
Senado Federal*

Natal - RN - Brasil

- 2001 -



MARCO DE TOUROS

7 de agosto de 1501

Data do Rio Grande do Norte

Introdução

Ruflem os tambores, toquem as alvíssaras. O Rio Grande do Norte celebra neste ano de 2001, precisamente no dia 7 de agosto, o seu Quinto Centenário! Uma história de luta. Luta pela liberdade, luta pela independência, luta pela manutenção de seus limites territoriais e principalmente luta visando preservar seus valores. Valores tais como a cultura, uma cultura abrangente, pujante.

É neste contexto que sentimos ser o momento de celebrar junto com o Marco de Touros, esse primeiro e precioso monumento da história do Brasil, a luminosa história do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte que se prepara para celebrar seu primeiro centenário sempre na vanguarda ao levar avante a chama da memória potiguar, guardiã principal daquela luz emanada do saber e da genialidade de seu mais ilustre filho, Luís da Câmara Cascudo.

Os mártires de Cunhaú evocam tanto a nossa história comum quanto a presença do Mestre Cascudo em seu belo casarão na Junqueira Aires a escrever e reescrever a história de todo este país, o seu país, o nosso país, o Brasil. E foi ao longo de muitas décadas de profícuo labor cultural que, a exemplo de Émile Zola, ao se ver as luzes acesas naquele casarão podíamos ter a impressão e a garantia de que permaneceria acesa, altaneira, a consciência cidadã, ética e moral concedendo um sentido à história, uma história por ele tão bem personificada.

Ao longo desta publicação iremos nos deleitar com as impressões, sempre originais, de Olavo de Medeiros Filho, Luís da Câmara Cascudo, Enélio Lima Petrovich, Marcus César Cavalcanti de Moraes e Valério Mesquita. A eles, a difícil tarefa de explicar como se nasce um estado (algumas vezes geo-

gráfico e tantas vezes de espírito!), e também como a presente e as futuras gerações de potiguares poderão extrair dos passados cinco séculos as lições capazes de pavimentar o futuro.

E isso tudo foi possível graças ao entusiasmo – sempre presente e crescente – de Enélio Lima Petrovich, à frente da mais antiga instituição cultural do Estado, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

Mãos às obras, todos, governantes e governados, a trazer a existência um Estado e uma sociedade, cada vez mais sintonizado com a defesa dos Direitos Humanos, com o Estado de Direito, amante da paz e da justiça social.

Que venham, então, os próximos 500 anos.

Brasília (DF), agosto de 2001

Washington Araújo

*Membro dos Institutos Histórico e Geográfico de Goiás,
do Rio Grande do Norte e de São Paulo.*

Membro da Academia de Letras do Distrito Federal

Por que o dia 7 de agosto?

*Olavo de Medeiros Filho**

No dia 7 de agosto de 2001, o Rio Grande do Norte completará o seu 500º aniversário de surgimento no palco da história pátria.

O Governo do Estado, através da Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000, reconheceu a data de 7 de agosto de 1501, como sendo aquela em que ocorreu a chantadura do denominado MARCO DE TOUROS, verificada em uma praia que depois pertenceria ao município norte-rio-grandense de Touros. Tal praia ficava a uma latitude de 5º sul, e hoje chama-se PRAIA DOS MARCOS.

Américo Vespúcio, italiano de Florença, participou da expedição marítima de reconhecimento, enviada por D. Manuel, de Portugal, à também chamada **Terra dos Papagaios**, descoberta por Pedro Álvares Cabral em 22 de abril de 1500.

Quatro cartas de Vespúcio dão conta da sua viagem de 1501, tendo sido o Rio Grande do Norte o primeiro local tocado pela esquadilha, de 3 caravelas:

1) a CARTA DE CABO VERDE, de 4 de junho de 1501, endereçada a Lourenço de Medicis;

2) a CARTA DE LISBOA, de 1502, ao mesmo destinatário;

3) a epístola MUNDUS NOVUS, do mesmo ano e também dirigida ao mesmo Lourenço de Medicis;

4) a LETTERA, de 4 de setembro de 1504, para Pietro Soderini.

No que diz respeito à data, em que as 3 caravelas tocaram pela primeira vez o solo brasileiro - no litoral do atual município de São Miguel do Gostoso, no Rio Grande do Norte, há divergência entre as cartas de Vespúcio. Assim, a MUNDUS NOVUS indica o dia 7 de agosto de 1501. A LETTERA aponta uma outra data: 17 de agosto. Qual seria a data correta? Opino por 7 de agosto, que é o resultado do exame realizado para a reconstituição da viagem vespuciana.

Segundo a LETTERA, houve uma permanência de uma semana naquela praia, local onde chantaram o marco de posse. Portanto, as caravelas seguiram viagem no dia 14 de agosto, com a intenção de atingirem o extremo sul da **Terra de Vera Cruz**.

À medida em que eles tomavam contacto com a geografia descoberta, iam colocando nomes, extraídos do calendário - S. Roque, S. Jerônimo, S. Francisco, baía de Todos os Santos, cabo de S. Tomé, Angra dos Reis; ou de impressões e incidentes de viagem - rio Real, Cabo Frio, baía Formosa, etc.

Da praia dos Marcos ao cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, distavam 70 léguas, que foram navegadas em 14 dias, pois a viagem tinha de ser mesmo demorada, por ser uma expedição de reconhecimento. O percurso diário navegado era de apenas 5 léguas.

Tendo saído da praia dos Marcos em 14 de agosto, depois de dois dias de navegação depararam-se os navegantes com a atual ponta do Calcanhar, no dia de S. Roque. Daí o nome imposto de cabo de S. Roque. Convém esclarecer que o cabo de S. Roque de hoje não se trata daquele que recebia tal denominação nos primórdios da nossa colonização.

No dia 28, em que se festejava Santo Agostinho, os navegantes se depararam com um grande cabo, logo batizado de cabo de Santo Agostinho (em Pernambuco).

Se a chegada à praia dos Marcos houvesse sido em 17 de agosto, as caravelas teriam partido dali a 24, o que impossibilitaria a chegada das mesmas ao cabo de Santo Agostinho, em apenas 4 dias de vagarosa viagem!...

Certos historiadores locais não aceitam os termos da Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000, chegando mesmo ao ponto de querer revogá-la. Daí a minha explanação acima, que julgo esclarecer as dúvidas por ventura existentes.

A título de regozijo pelo importante evento, de repercussão internacional, o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte reúne, neste volume, trabalhos de autores potiguares, abordando o nosso Marco, cinco vezes secular.

**Olavo de Medeiros Filho é historiador, sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras.*

Autor de vários trabalhos de pesquisa, entre os quais: Terra Natalense, Aconteceu na Capitania do Rio Grande e Notas para a História do Rio Grande do Norte.

O mais antigo marco colonial do Brasil

*Luís da Câmara Cascudo**
A Nestor Lima, lembrança da nossa caçada em 27 de agosto de 1928.

A primeira notícia

O conselheiro Alencar Araripe apresentou ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em sua sessão ordinária de 10 de outubro de 1890 uma proposta curiosa. Anunciava a existência de um marco colocado junto ao cabo de S. Roque, no Rio Grande do Norte e propunha que o Instituto se interessasse junto ao ministro da Instrução Pública para sua remoção até as coleções do velho sodalício.

Tristão de Alencar Araripe citava especialmente o historiador pernambucano José de Vasconcelos e a revista do Instituto (Tomo LIII, Parte II, pág. 499, Rio, 1890) transcreve a nota.

É a primeira descrição do Marco.

“Ali (junto ao cabo de São Roque), justamente na latitude de 5º, 3', 41" sul está o lugar chamado Arraial do Marco, porque nele existe um desses pedrões. Eis as informações que sobre ele obtivemos:

É uma pedra quadrangular, da qualidade que chamam vulgarmente mármore de Lisboa, donde a importamos em obras de diversas espécies, alvíssima e de fina gran.

Tem a figura de um grande paralelepípedo, com dois palmos de largura e um de grossura.

Quanto ao tamanho não se sabe; porque está enterrada em parte, tendo fora da terra cerca de quatro palmos; é de crer que tenha outros tantos soterrados. Não tem inscrição e nem data alguma, e apenas em uma das faces gravada, ou melhor dito, cavada, uma cruz de ordem de Cristo em cima de uma espécie de escudo, no qual estão as quinas portuguesas em cruz. Fora primitivamente infincada sobre um cômodo de areia, tendo de cada lado duas outras pedras da mesma qualidade, porém mais pequenas e completamente lisas, que ainda lá estão no primitivo lugar da chantização.

Os moradores supersticiosos, do lugar e também dos povoados vizinhos muitas milhas acima e abaixo daquele ponto da costa, acreditam que é uma pedra santa, com a cruz e as chagas de Jesus Cristo, e lá vão em romaria passar em torno dela fitas para ficarem bentas, como é uso se fazer nas igrejas com imagens, rezam o terço diante dela em dias determinados, fazem-lhe promessas e apegam-se com ela em suas aflições.

Um morador do lugar, chamado Felix Batista, encarregou-se de receber as esmolas, que levam os romeiros, com o fim de conservar aceso todas as noites um lampião em frente dela, espécie de farol que de muita utilidade serve aos barcaceiros, que por ali navegam. Por sua iniciativa, foi a santa pedra transportada para o lugar em que atualmente se acha, mas como a conduziram sozinha ficaram as outras duas pequenas marcando o sítio, em que fora primitivamente infincada, como já dissemos.

Os moradores que não acreditam na santidade dela, bem que sejam poucos, pensam que marcava o lugar de um grande tesouro enterrado pelos

holandeses, e já procuraram fazer-lhe um buraco no centro para ver se era oca, e com o mesmo propósito partiram uma das pequenas, cujo fragmento nos trouxeram e depositamos no Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano”.

Pela descrição acima feita, se vê que aquela pedra é incontestavelmente um padrão ou marco antigo com os seus dois ajudantes ou testemunhas; como era uso serem eles chamados.



Nestor Lima e Luis da Câmara Cascudo

27/08/1928, em Touros/RN, junto ao primeiro marco português de posse chantado no Brasil.

O aspecto atual

Visitei o marco a 27 de agosto de 1928. Serve hoje de limite para os municípios de Touros e Baixa Verde*.

Mede 1,28 cm. de altura, 20 cm. de espessura e 30 cm. de largura. O contorno é de um metro e cinco centímetros. É feito numa pedra branca, de granulação fina, calcárea, o mármore de Lisboa, a Pedra Lioz, ritualmente empregada nos padrões de posse.

Não tem data nem inscrição nem sequer vestígios.

No primeiro terço está a Cruz de Cristo, com relevo, em ótimo estado de conservação. Abaixo, as armas do Rei de Portugal, cinco escudetes em aspa com cinco besantes postos em santor, sem a bordadura dos castelos. São as armas de El Rei Dom Manuel faltando a bordadura onde estão os sete castelos de ouro**.

Deteriorados inteiramente o primeiro escudete da sinistra, a metade do centro e parcialmente o da ponta.

A informação de José de Vasconcelos ao conselheiro Alencar Araripe é inteiramente verídica. O Marco estava a uns 200 a 300 metros para o norte e as duas pedras (tenentes) foram destruídas na suposição de ouro escondido pelo holandês. As injúrias no duro lioz foram pelo mesmo motivo. Encontrei o Marco enrolado em fitas votivas e flores secas. Já não existe o lampião oblacional.

* Foram meus companheiros o Dr. Nestor Lima, presidente do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte, Joel Cristino, Marcílio Teixeira de Carvalho, José Antunes da Silva e Artur Alcantara. (vide A REPÚBLICA, Natal, 6/9/28 e o volume XXIX da revista do Instituto Arqueológico Pernambucano).

** Conde de Sabugosa - PAÇO DE CINTRA, pág. 186, Lisboa, 1903. Traz a descrição dos brasões d'armas existentes na Sala dos Veados no paço de Cintra. O de D. Manuel é o primeiro. Não tem letreiro.

o José Jocozo, morador na praia, pescador de profissão, contou-me que os dois sacrílegos violadores do CRUZEIRO DO MARCO tinham sido castigados cruelmente. Um morrera dias depois e o outro enlouquecera. Cruzeiro do Marco é o nome popular do padrão colonial que vive solitário na esquecida praia do setentrião brasileiro.

O Marco fica a nove quilômetros do Canto de Cima, município de Touros. Pelo litoral, logo depois de COTIA, passa-se o que as cartas do almirantado inglês (edição de 1927) denominam *Conical hill*. Imediatamente está a praia do MARCO. Não há notícia local do nome "Arraial do Marco" como escreveu Araripe na nota ao Instituto Brasileiro.

É uma praia ampla, descampada, sem pedras visíveis e com uma vista ampla para a imensidão atlântica.

Está a praia do MARCO, a 5° 04' 40" latitude Sul por 35° 48' 30" de longitude W, meridiano de Greenwich*.

Explicação política do Marco

O Marco é tipicamente um marco de domínio, um atestado de posse. Difere imenso do que está plantado no Rio Guajú, limite com o Estado da Paraíba**, e que é um marco divisório, com inscrições e datas. O da praia de Touros é autenticamente um documento colonial, um sinal da política colonizadora de D. Manuel, o herdeiro da campanha marítima de D. João II.

O Marco afirma a soberania portuguesa nas regiões onde é encontrado. A Cruz de Cristo significava que as terras conquistadas pertenceriam ao Rei para a difusão da Fé. Os papas Eugênio IV, Nicolau V, Calixto III, Sixto IV confirmaram a investidura do primeiro que dava à Ordem de Cristo o direito

* A coordenada geográfica da praia do MARCO foi-me gentilmente dada pelo Comte. Paulo Mário da Cunha Rodrigues.

** Vide nota final - D.

de posse sobre as terras descobertas ou por descobrir, por conquistadas e por conquistar, desde o Cabo Bojador até as Índias, inclusive. Até 1551 a Ordem independia da Coroa mas o Rei de Portugal, grande protetor, amava ornar suas naus com a cruz vermelha que se tornou um símbolo nacional.

Expedição geográfica de 1501

O Rei D. Manuel mandou uma esquadra visitar as terras que Pedro Alvares Cabral descobrira, oficialmente, no ano anterior. Essa armada saiu de Lisboa a 10 de maio de 1501 e voltou a 22 de julho de 1502. Comandava-a Gaspar de Lemos, o capitão que levara ao reino a notícia do achamento da Ilha de Vera Cruz. Com o capitão vinha o florentino Amerigo Vespucci, vivo, imaginoso, falastrão e sem escrúpulos na exibição de suas façanhas. Deu nome ao continente e a História o trata com uma obstinação elogiativa fora do razoável.

Vespucci começa engolindo o nome do comandante da esquadra e dá a entender que ele a dirigia inicialmente. Esquece, a páginas tantas, seu título e alude a um complicado NAVIPRAECEPTORE cuja autoridade era superior a sua. (Southey, "*História do Brasil*", vol. 1º, pág. 35, nota). O visconde de Porto Seguro traduz esse *Navipraeceptore* por Capitão.

Vespucci é, forçosamente, um guia indispensável nesta viagem de exploração. Ele narrara, a diversos amigos poderosos, suas jornadas miraculosas através de mares infinitos. Há uma sua carta, conhecida por LETTERA, da qual só sabemos a versão em latim e que possivelmente foi dirigida a Pietro Soderini, gonfaloneiro de Florença.

Vespucci datou-a de Lisboa a 4 de setembro de 1504 e descreve suas quatro viagens fantásticas em 1497, 1499, 1501 e 1503.

O trecho referente ao contato inicial com a terra brasileira é o seguinte:

"Enfim, a 17 de agosto prouve a Deus mostrarnos nova terra, à meia légua da qual surgimos, e deitamos fora os batéis para ver se era habitada por gente e de que qualidade.

Achamos com efeito a terra populosa e habitada por uma nação pior que feras, como ouvirá E. V. Magnificência entenderá que ao princípio não vimos ninguém; mas concluimos que havia homens por muitos sinais que observamos. TOMAMOS POSSE DO PAÍS EM NOME DESTE SERENÍSSIMO REI DE PORTUGAL". (Visc. de Porto Seguro. "Cartas de Américo Vespúcio". Rev. Instituto Histórico Brasileiro, Tomo XLI, Rio, 1878).

A esquadra demora sete dias nessas paragens, de 17 a 24 de agosto. Os indígenas são traiçoeiros e cruéis. Depois de sete dias a armada desferra e vai passar um cabo que denominam Santo Agostinho. Como o dia de S. Agostinho é 28 de agosto é lógico ter sido esse o dia em que Gaspar de Lemos viu a terra pernambucana.

Só podemos argumentar a viagem de Vespucci com os nomes de santos semeados aos diversos acidentes geográficos. Dá-se que apenas aparece na carta de 1501 um nome, S. Agostinho, e uma data, 17 de agosto. Carecemos tatear em conjecturas numa informação assim lacônica e confusa.

Sabemos que a expedição costeou o Brasil até 25°, 35' Sul, Cananéia, quando se fez ao mar alto, em retorno e aí sob o comando ostensivo de Vespucci. Onde teria sido o ponto-primeiro da visita oficial ao litoral imenso?

O cabo de São Roque está a 5°, 7' latitude Sul e o Marco demora hoje a 5°, 04', 40" Sul.

Como harmonizar essa distância? Vespucci não fala em São Roque. Fala em 17 de agosto. Ora, a festa de S. Roque é

em 16. Só neste dia é que o calendário católico homenagea o santo ilustre. É indiscutível que a 16 e não a 17 o cabo foi batizado. Aceitando 17 como a data do surgimento da armada e tendo a mesma demorado *sete* dias na região, teríamos os navios zarpando a 24 de agosto. Como S. Agostinho é festejado a 28 temos quatro dias entre S. Roque e cabo pernambucano. Vespucci, no exagero habitual, diz ter percorrido 150 léguas. São apenas 90 mas era impossível vencê-las em quatro dias contra as correntes e os ventos de agosto, todos contrários a uma marcha para o sul e favoráveis à rota do norte.

O cálculo do percurso em Vespucci é uma aritmética alucinante. Ele conta 700 léguas de Bezequiche ao Brasil. As léguas náuticas espanholas eram em 1499 de perto de 6 quilômetros, ou melhor, 5.920 metros cada uma. De Bezequiche ao Brasil são 300 léguas. Poder-se-ia ir endossando as cifras imaginárias do astuto florentino?

Um rápido raciocínio mostra a impossibilidade de Vespucci ser verídico em seu relato.

Ele diz na LETTERA que, saindo do cabo de S. Roque:

"Fizemos muitas escalas, mas nunca encontrávamos gente que quizesse tratar conosco, e assim navegamos tanto que vimos que a terra voltava para Sudoeste, e desde que dobramos um cabo, ao qual demos o nome de Cabo Santo Agostinho...".

De 5°, 7' Sul, dado como S. Roque pela unanimidade dos historiadores, a S. Agostinho que o almirante Mouchez localiza-o a 8°, 20',45" e outros a 8°, 21' Sul, vão 90 léguas contra vento e mar e Vespucci, fazendo *muitas escalas*, faz o trajeto em quatro dias!

Não entrando na fastidiosa discussão topográfica podemos indicar o atual cabo de S. Agostinho como tendo sido o batizado pela expedição de 1501. Vespucci dá apenas a latitude: *Está a 8 graus além da linha equinocial para o Sul.*

Com as escalas e procuras de entabolação comercial com as tribos litorâneas e mais as 90 léguas, quatro dias são inacreditavelmente curtos para toda a tarefa.

Na LETTERA Vespucci não diz coisa alguma sobre o topônimo, mas é incisivo na cerimônia de posse. TOMAMOS POSSE DO PAÍS, escreve ele. Tomava-se posse chantando-se um marco de pedra com as armas reais e a Cruz de Cristo ou, como em Porto Seguro, erigindo-se a cruz de madeira, significativa do domínio cristão.

Sabemos que a esquadra de 1501 chantou diversos marcos, juntamente no roteiro para o Sul. Esses marcos comprovam a mesma finalidade - posse jurídica do Rei de Portugal. O marco encontrado em Cananéia*, e provavelmente posto pela mesma expedição, basta ser cotejado com o nosso para demonstrar sua identidade absoluta. E o primeiro é de 25º e o nosso de 5º!

Só a armada de Gaspar de Lemos explicará.

O problema do cabo de São Roque

Essa terra avistada em agosto de 1501 seria o cabo de São Roque?

Vespucci não menciona cabo nem lhe dá nome como faz ao de S. Agostinho. Diz: *"proue a Deus mostra-nos nova terra, à meia légua da qual surgimos"*.

Nada mais.

A lição sisuda de Varnhagen, seguida por todos os outros mestres, é que Vespucci:

"... veio avistar terra, a 16 de agosto, na latitude proximately de cinco graus, junto do cabo que, em virtude da festa do calendário nesse dia, recebeu o nome de São Roque, com que ainda hoje

* Vide nota final - B.

é designado". (Porto Seguro, "História Geral do Brasil", 3ª ed., São Paulo, sem data, Tomo I, pág. 93).

O barão do Rio Branco, "Efemérides Brasileiras", Rio, 1918, comentando 16 de agosto escreve que a esquadra:

"... avista o Cabo a que deu o nome de S. Roque".

José de Vasconcelos, "Datas célebres e fatos notáveis da História do Brasil", Pernambuco, 1873, ensina que:

"... fundearam a meia légua distante da ponta de terra que acabavam de avistar, a 5 graus de latitude Sul à qual deram o nome de cabo de S. Roque...".

Rocha Pombo e Tavares de Lira dizem coisa idêntica. Ambos falam rapidamente na expedição de 1501 e no encontro da terra norte-rio-grandense, nas alturas do cabo, a 16 de agosto ("História do Rio Grande do Norte", 1922, "História do Rio Grande do Norte", 1921).

Parece-me ilógico que Vespucci não detalhasse em sua carta a Soderini a vista do Cabo e o nome do Santo que entrara para a toponímia nordestina. Sua alusão a uma nova terra é vaga e nebulosa para inferirmos daí a localização do cabo de S. Roque. Demais ele dá 17 e não 16, festa do orago.

José de Vasconcelos e o padre Rafael Maria Galanti ("História do Brasil", Tomo I, 2ª ed., São Paulo, 1911, pág. 50, nota segunda) aventam uma hipótese perfeitamente viável e, de mais a mais, irrespondível. Por ela o problema do Cabo de S. Roque está resolvido e o mistério do Marco aclarado definitivamente.

Transcrevo o trecho porque ele é perfeitamente nítido e expressivo.

"Afirmamos que a esquadra fundeou no dia sete; não no dia dezessete de agosto. Vespúcio diz o dia sete na carta escrita a Lourenço de Medicis: o dia dezessete na que dirigiu a Pedro Sodarini. Vê-se, po-

rém, que a data certa é a primeira; porque Vespúcio acrescenta que nesse lugar se demoraram sete dias, e que, depois de fazer muitas escalas ou entradas pela costa, chegaram no dia vinte e oito no Cabo que denominaram Santo Agostinho. Teriam, por conseguinte, feito essa viagem em quatro dias, coisa impossível (mesmo supondo que a dita paragem fosse o Cabo de S. Roque) para toda embarcação de vela, tanto mais que no mês de agosto os ventos e as correntes vão do sul para o norte.

Quem colocaria ali esse marco? Vespúcio afirma que tomaram posse da terra para o rei de Portugal. Mas a posse, como sabemos, tomava-se colocando esses marcos. Logo é lícito dizer que a frota exploradora de 1501 pôs aquele padrão depois de fundear na parte superior do Rio Grande do Norte a umas quarenta e cinco milhas para lá do Cabo de S. Roque. Deste modo tudo se concilia. A frota lançou ferro no dia sete; partiu a 14 (após sete dias de demora); avistou a 16 o Cabo a que em virtude da festa do calendário desse dia deram o nome de S. Roque, e, seguindo para o sul, chegou com mais dez ou doze dias ao Cabo de S. Agostinho, a 28”.

A carta de Vespucci a Lourenço de Medicis, chamada MUNDUS NOVUS*, dando o dia 7 (em vez de 17) para a vista da nova terra simplifica inteiramente a questão. 17 pode ser erro de cópia ou engano no tradutor latino do MUNDUS. Combinam todas as partes sem discrepância.

De 16 a 28 de agosto são doze dias, tempo idôneo para a travessia dos Cabos S. Roque e S. Agostinho. Harmonizava-se a distância entre o Cabo de S. Roque e o Marco da praia de Touros.

* Vide nota final - C.

Não havendo em tempo algum Marco colonial nas imediações do Cabo de S. Roque e o único existente está chantado 90 quilômetros (45 milhas) para o Norte, é crível que somente nas circunjacências deste é que a armada de 1501 teria operado o desembarque e a cerimônia da posse. Não há nenhuma tradição local de haver sido o Marco transferido de maior distância. Sabemos que ele estava a uns 260 a 300 metros de onde se encontra e no lugar primitivo inúmeras testemunhas lembram ter visto as duas pedras menores, as testemunhas ou *tenentes*, indispensáveis na heráldica. Está fora de dúvida que o Marco sempre esteve entre 5°, 3', 40" e 5°, 04', 40".

Há ainda uma tradição que robustece a hipótese sedutora. Vespucci é dado como tendo vindo com Alonso de Hojeda em 1499 às terras austrais do continente. Os historiadores portugueses negam veementemente o feito. (Entre outros, dr. Duarte Leite em seus livros "FALSOS PRECURSORES DE CABRAL" e "DESCOBRIDORES DO BRASIL"). Mas a História do Brasil teimosamente ainda inclui nos compêndios didáticos o feito recusado. Hojeda e Vespucci teriam encontrado uma terra alagada e baixa, banhada por vários rios, identificada como o delta do rio Assú, a 5°, 8' Sul. O encontro se dera a 27 de junho de 1499.

Vespucci estava em 1501 em Sevilha, na Espanha, quando o Rei de Portugal o mandou convidar insistentemente para seu serviço. Que o florentino trazia um posto de realce na expedição não se discute. Tanto assim que a volta da armada é sob seu comando exclusivo. Não seria o fato de ter Vespucci feito a viagem anterior a razão de D. Manuel tê-lo contratado como perito naquelas regiões setentrionais? Daí a impossibilidade do improvisado mareante ter procurado aproar mais para o noroeste quando se libertou dos chuviros clássicos da linha equinocial.

Se Vespucci esteve no delta do Assú em junho de 1499 procurou-o em agosto de 1501.

A praia do Marco é uma linda enseada vasta e tranquila* .
Aí se deu o desembarque e a chantação do Marco de mármore de Lisboa trazido com o fim de afirmar a posse segura da Coroa portuguesa.

A praia do Marco estava no caminho e era muito mais abrigadora e serena. A esquadra ancorou.

Depois das peripécias antropofágicas e das tentativas de boa amizade entre os marinheiros e os indígenas, a armada desferra para o sul, após sete dias de estadia. e a 16 passa o Cabo que recebe o nome de S. Roque. Daí em diante não há dificuldade para maior retardo.

A vista da terra no dia sete de agosto de 1501 não é apenas possível, é obrigatória e duma extrema lógica.

O Marco existente na praia de Touros é decididamente o mais antigo padrão colonial e o primeiro que foi chantado na terra do Brasil.

NOTAS

A CARTA DE VESPUCCI A LOURENÇO DE MEDICIS (A)

A carta de Vespucci a Lourenço de Medicis (MUNDUS NOVUS) Varnhagen incluiu na mesma coleção publicada na revista do Instituto Histórico Brasileiro, Tomo XLI. Nela a data citada pelo padre Galanti como *sete está dezasete* e julgo ser uma corrigenda pessoal de Varnhagen. O padre Galanti conhecia precisamente a versão latina.

OS PADRÕES DE CANANÉIA (B)

Varnhagen estudando os padrões de Cananéia em 1841 descreve de forma a podermos identificá-los como iguais ao

* Vide nota final - D.

nosso da praia norte-rio-grandense. O padrão de Cananéia era um só e os outros dois constavam das pedras que em heráldica chamamos *tenentes* ou *testemunhas*. Os tenentes não têm inscrições nem brasões. Testificam a chantação do marco. Varnhagen, sobre o de Cananéia, ensina que ele é:

"... de quatro palmos de comprimento, dois de largura e um de grossura; e têm esculpidas as quinas portuguesas sem a esfera manielina, nem castelos, e nenhuma data se lê em sua face".

Moreira de Azevedo, depois de dar as mesmas dimensões registradas em Varnhagen, escreve que o padrão de Cananéia:

"... não tem data alguma, mas tem a Cruz de Ordem de Cristo sobreposta a um escudo com as quinas portuguesas em cruz. É de mármore branco...".

O mesmo já dissera Aires do Casal.

O padrão de Cananéia está no Instituto Histórico Brasileiro e um dos *tenentes* no Museu Paulista. O marco fora visitado por Varnhagen e, o barão de Capanema, em 1866, estudara-o no possível local de sua primitiva chantação, na ilha do Cardoso, ao sul da barra de Cananéia, encostado ao promontório de Tacurussá.

Para detalhes poderão ser consultados Moreira de Azevedo, "Padrões de mármore existentes no Instituto Histórico", rev. Inst. Hist. Bras., Tomo XLIX, 2º volume, e Varnhagen, "Padrões de mármore dos primeiros descobridores", Tomo XIII, da citada publicação.

O marco de Cananéia, que conheço e tenho agora uma fotografia ao alcance dos olhos, é perfeitamente idêntico ao da praia de Touros, divisa com o município de Baixa Verde.

O Dr. Plínio Airosa, do Instituto Histórico de S. Paulo, gentilmente se prestou a enviar-me a foto do marco paulista tão minuciosamente estudado e alude a ser Capistrano de Abreu o único que *não julgava impossível* ter sido a expedição de 1501 a responsável pela colocação no limite austral da terra recém-descoberta.

Para nós não pode haver outra explicação. Foi a de 1501. A de 1503, depois de aportar na ilha de Fernando de Noronha, velejou para o Sul. As duas de Cristovam Jaques, em 1516 e 1526, não tocaram no litoral norte-rio-grandense. A de Martim Afonso de Souza avistou primeiramente o cabo de S. Agostinho. A de 1501 é a única que justifica a existência do marco.

A PRAIA DO MARCO (C)

A praia do Marco é ancoradouro superior às adjacências do delta assuense. Depois do 36°, 55' longitude W (Greenwich), a costa é irriçada de cachopos, bancos de areia, urcas, coroas, pedras, etc. Marco, a 35°, 48', oferece condições melhores de segurança e tranqüilidade. Tem fundo de areia, ausência de recifes submersos e bancos movediços com a certeza de uma constante que varia de 3, ½ a 4, ½ braças em maré baixa, mais do que conveniente ao calado das caravelas de Gaspar de Lemos.

UM MARCO DOS LIMITES DA CAPITANIA (D)

Capistrano de Abreu, o mestre inesquecível, comentando a "*História Geral do Brasil*" (4º ed., Tomo I, pág. 93), escreveu:

"O primeiro ponto a que chegou a armada de 1501 foi, no entender de C. Mendes de Almeida, o cabo dos Marcos, entre as baías Formosa e da Trai-

ção, *Revista Instituto Histórico*, 40, parte II, 1877, págs. 185/189. Esta opinião parece, entretanto, pouco fundada. Os marcos que deram o nome à localidade não procedem da primeira expedição; de certo, são posteriores à divisão do Brasil em capitânias, e neste caso limitavam as de Pero Lopes de Souza e João de Barros. Outros marcos, separando as terras de Pero Lopes das de Duarte Coelho existiam junto a Itamaracá”.

Capistrano não errou. O marco ainda existe e era um limite de Capitania. Difere imenso do existente na praia de Touros, distanciadíssimo de todas as fronteiras doadas a João de Barros.

O limite norte das terras de João de Barros tem sido objeto de controvérsias mas nenhum historiador indicou ainda as proximidades do cabo de S. Roque, ou quarenta milhas acima, como a terminal. O Sr. Tavares de Lira alude a essa questão dando as opiniões mais autorizadas. Rocha Pombo dá o rio Mandaú, Candido Mendes o rio Jaguaribe. Matoso Maia a cordilheira do Apodi. Não é possível coincidir o padrão de Touros com um marco de donataria.

Há, sobre o marco aludido por J. Capistrano de Abreu, um documento perfeitamente irresponsável. É uma informação sobre a cobrança de dízimos no sítio Tapessurema, limítrofe com o Estado da Paraíba. Está assinado pelo governador da então capitania do Rio Grande do Norte, Sebastião Francisco de Melo e Povoas, e datado de 6 de junho de 1812. O documento fala na:

“Divisão desta capitania com a da Parahyba, feita a consenso das Câmaras de huma e outra no anno de 1678, que do Marco que se acha abor-do do rio denominado dos Marcos com o Lettreiro da parte do Sul Parahyba, e da parte do Norte Rio

Grande, etc". (Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, Volume IX, Números 1º e 2º, 1911, publicado em 1913, págs. 87/88).

Esse é o marco que Candido Mendes dizia ter sido cantado em 1501 e tão claramente respondido por Capistrano.

(Edição do "Centro de Imprensa - C.M.M". - Natal-1934)

***Luís da Câmara Cascudo** (1898 - 1986) é historiador, folclorista, etnógrafo, jornalista, antropólogo, professor e poeta. A maior expressão cultural do Rio Grande do Norte - Autor de quase 150 obras, de repercussão nacional e internacional.

Data do Rio Grande do Norte O Marco de Touros – 7 de agosto de 1501 –

*Enélio Lima Petrovich**

Diga-se de início: não queremos polemizar acerca do tema em epígrafe. A nossa linha de ação obedece à coerência e ao bom senso.

O certo é que o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, no decorrer de seus quase 100 anos, jamais, em tempo algum, foi nem será o refúgio ou ancoradouro de frustrações, oriundas de alguns visionários e fantasistas.

Convenhamos, nos interessa mesmo e tão somente evidenciar a autêntica história do marco de Touros, seus segmentos, afugentando as distorções infundadas, pelo conjunto que consolida o evento, na sua trajetória, desde o ano de 1501.

Com efeito, merece louvor a conduta do Deputado Valério Mesquita, amigo, colega, confrade e acadêmico, ao ter apresentado projeto-de-lei à Assembléia Legislativa do Estado, instituindo o **dia 7 de agosto, alusivo à fixação do marco colonial de Touros, em terra potiguar, como data de aniversário do Rio Grande do Norte.**

Então, já aprovado por unanimidade, pelo Poder Legislativo Estadual, mister que se ressaltem os argumentos da justificativa, os quais foram fundamentados, também, com base em pesquisa séria do historiador Marcus César Cavalcanti de Moraes, sócio efetivo e membro da diretoria do IHG/RN.

Em conseqüência, com os aplausos efusivos, acrescentamos: o atual governante norte-rio-grandense, Garibaldi Alves Filho, sancionou a Lei nº 7.831, de 30 de maio findo (D.O.E. de 31-05-2000), decorrente da iniciativa do ilustrado parlamentar.

Comenta-se e discute-se, pois, aqui, sobre o marco de Touros, e por ele, os que colaboraram, em momentos memoráveis, pela formação nacional, no enaltecimento de um André Gonçalves ou Gaspar de Lemos, integrando a expedição colonizadora Américo Vespúcio, cosmógrafo italiano, escolhido por El Rei de Portugal. Vespúcio escreveu quatro cartas, contendo relatos valiosos para a ciência ampla de tão importante fato histórico, que se irradia por todos os recantos da terra de Santa Cruz. A ele coube a imprescindível tarefa de aferir as latitudes e longitudes, durante a viagem desbravadora.

E esse marco de Touros, prova maior da presença portuguesa em território brasileiro, em 07 de agosto de 1501, encontra-se resguardado na Fortaleza dos Reis Magos, em Natal, a partir de janeiro de 1976, considerando as ameaças de sua destruição, quando incautos e ignorantes cidadãos usavam o mármore que o compõe, como remédio ou mezinha "capaz" de curar doenças e mazelas psíquicas e corporais.

Por isso, fora trazido para aquele baluarte de lutas seculares.

Registrando, assim, esse episódio, o marco de Touros, realmente, foi posto à beira da praia tourense, no dia 7 de agosto de 1501. Logo no ato de desembarque dos timoneiros da vitoriosa expedição.

A respeito, vejamos, *ad-argumentandum*, o que escreveu Olavo de Medeiros Filho, autor de vários livros, sócio efetivo e diretor da Biblioteca, Museu e Arquivo do nosso IHG/RN e sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o testemunho de Américo Vespúcio:

"Segundo a Carta de Lisboa e a epístola MUNDUS NOVUS, a travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias . Finalmente, aos 7 de agosto de 1501, a esquadra atingiu a costa norte-rio-grandense, à altura de 5 graus ao sul da linha equatorial. Na epístola Lettera, consta uma outra data indicativa da chegada dos três navios à costa do nosso Estado: 17 de agosto. Diversos autores têm se dedicado à elucidação da divergência apontada. Tomando-se por base o tempo decorrido (64 dias), de Bezequiche (5 de junho) ao litoral nordestino, verifica-se ser a data de 7 de agosto a verdadeira, tratando-se de um equívoco aquela outra, apontada na Lettera (17 de agosto)". ("Aconteceu na Capitania do Rio Grande" - 1997 - Edição do IHG/RN - Coleção CULTURA - 02 - págs. 7/8).

Outrossim, válidas se nos afiguram as considerações da arquiteta e historiadora Jeanne Fonseca Leite Nesi, também sócia efetiva da nossa Casa da Memória, ao referir-se, à pág. 11, de seu *"Natal Monumental"*- 1ª edição - 1994:

"O percurso percorrido pelas caravelas foi o seguinte: partiram de Lisboa rumo ao sul, atingindo as Ilhas Canárias, em seguida contornando as costas africanas, chegaram à atual cidade de Dakar, no Senegal, em 25 de maio. De lá partiram aos 5 de junho, para a travessia do oceano, em direção a então terra de Vera Cruz. A travessia do Atlântico foi realizada em 64 dias, atingindo a costa norte-rio-grandense aos 7 de agosto de 1501".

Outro pesquisador de nomeada, presidente perpétuo do IHG/RN (de 1927 a 1959), Nestor Lima, com a sua serenidade e cultura multiforme, em trabalho ainda inédito, em nosso poder, esclarece que "segundo o "Roteiro" daquela expedição, ela "alcançou terra entre 5 e 6 graus, desembarcou gente e tomou posse da terra". (Rocha Pombo, opus citatus,

24, II). **Isto a 7 de agosto.** No dia seguinte, descobriram índios e houve lutas. Mas, não resta dúvida que a frota prosseguiu para o sul; não recuou para o norte, absolutamente. Nessa rota, a 16 de agosto, isto é, nove dias depois do desembarque e posse da terra, segundo o "Roteiro", foi descoberto e denominado "Cabo de São Roque", e, daí por diante, outros pontos, cujos nomes coincidem com as datas da descoberta ou da "posse". Donde se vê que o primeiro ponto assinalado não ficava ao sul do Cabo, mas, ao norte. Logo, deve ter sido o lugar do **Marco** da Praia, ou suas proximidades".

E quem não conhece o insigne homem de letras, alagoano, Moacyr Soares Pereira, autoridade máxima sobre o assunto e a quem se deve a melhor obra, sob o título "A Navegação de 1501 ao Brasil e Américo Vespúcio"?

Dele são estes lúcidos e definitivos conceitos:

"Não é difícil, entretanto, a escolha entre os dados cronológicos discordantes questionados. A "Carta de Lisboa" e "Mundus Novus" é que devem estar certas. E não apenas pelas proximidades dos acontecimentos. A duração da viagem e a data da ancoragem no Brasil se conformam entre si e com a saída de Bezequiche no dia 5 de junho. A partir desta data, os 64 dias de navegação terminam a 7 de agosto, desde que se inclua no cálculo o dia da chegada ao litoral brasileiro.

Ainda há a se levar em conta que a data de 7 de agosto, consignada em "Mundus Novus", facultava colocar-se São Roque (16 de agosto)".

"Somos assim impelidos a considerar os 64 dias de percurso oceânico da expedição manuelina e a sua aterragem no Brasil em 7 de agosto, como os dados mais seguros e a aceitá-los sem hesitação".

"Cronologicamente, temos de levar em conta na segunda etapa da navegação os 64 dias da via-

gem transoceânica desde Bezeguiche e a data da chegada ao Brasil, 7 de agosto de 1501”.

“E veremos na análise do curso seguido pelas caravelas de D. Manuel deste ponto inicial, a praia dos “Marcos”, que ele se põe de acordo com o traçado do litoral na direção que tomaram, além da cronologia da viagem, vinculada ao topônimo “São Roque”, 16 de agosto: comprovando-se em definitivo que foi na “Praia dos Marcos”, a 5° 04’40 de Lat. S., que os expedicionários portugueses desembarcaram na costa do Brasil, a 7 de agosto de 1501, após a travessia atlântica”.

“Tendo a frota aterrado no sítio dos “Marcos” a 7 de agosto, e aí permanecido sete dias, a sua partida ter-se-ia dado a 14, dia imediato ao reencontro com os índios locais”.

Essas citações supra foram extraídas do livro do autor, acima referido, às págs. 174,175,177,195 e 205.

De igual modo, obedecendo um raciocínio lógico, convincente, imune a interpretações temerárias e controvertidas, procede ainda o entendimento do escritor, acadêmico e consócio Nilson Patriota, quando, no seu livro, sob o título *“Touros - uma cidade do Brasil”*, à página 161, conclui:

“O Marco de Touros, o mais antigo padrão colonial do Brasil, foi chantado em território potiguar no dia 7 de agosto de 1501, pela expedição portuguesa, cujo comandante, tanto pode ter sido André Gonçalves quanto Gaspar de Lemos, ou mesmo outro dentre os vários pilotos portugueses que faziam a linha das Índias. Nessa expedição manuelina, viajava Amerigo Vespucci, navegador Florentino, a serviço do rei de Portugal, ocupando, parece, a função de cartógrafo e astrônomo”.

Não podemos olvidar, também, o raciocínio do historiador Marcus César Cavalcanti de Moraes, sócio efetivo do IHG/RN, que enfatiza:

“O primeiro acontecimento histórico oficialmente ocorrido no território potiguar foi a fincagem do Marco de Touros, em 7 de agosto de 1501, um ano após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, cujo objetivo foi oficializar o domínio sobre as terras recém descobertas.

A expedição portuguesa composta por três embarcações e comandada pelo capitão-mor André Gonçalves, contando também com Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio, saiu de Portugal no dia 14 de maio daquele ano, passando pelas Ilhas Canárias e chegando ao Senegal (costa africana), após onze dias de navegação, onde permaneceu mais onze dias, iniciando no dia 5 de junho a travessia do Atlântico. O percurso rumo ao Brasil foi realizado no decorrer dos 64 dias, chegando à orla marítima de Touros no dia 7 de agosto de 1501, desembarcando, precisamente, na área hoje localizada na divisa dos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, denominada Praia dos Marcos”. (“O Jornal de Hoje” - Natal - 25 /05/2000).

Mais além, repetindo Camões, *“outro valor mais alto se alevanta”*, para consagrar a verdadeira história do marco de Touros. Referimo-nos a Luís da Câmara Cascudo, genial e humilde.

De sua autoria é o grande-pequeno livro *“O mais antigo Marco de Posse”*, editado pela UFRN, em 1965, englobando *“Dois ensaios de História”*.

Nele, ressalta o mestre de todos nós:

“O marco é tipicamente um padrão-de-domínio, atestando posse. Difere imensamente de mui-

tos outros colocados como divisas e que ostentavam datas e letreros elucidativos. O marco afirmava a soberania de Portugal nas regiões onde fossem encontrados. Índice oficial de domínio” (págs. 56/57).

“A esquadra demorou sete dias nessas paragens; de 17 a 24 de agosto de 1501, segundo a Lettera; 7 a 14, conforme o Mundus Novus”.

“Apesar da afirmativa peremptória de haver tomado posse da terra, e tomava-se posse chantando-se o padrão com as Armas Reais, não há e jamais houve um marco fincado pelos portugueses no Cabo de São Roque” (pág. 58).

“José de Vasconcelos e o padre Rafael Galanti aventam uma hipótese plausível:

- Afirmamos que a esquadra fundeou no dia sete; não no dia dezessete de agosto. Vespucci diz o dia sete na carta escrita a Lourenço de Médicis; dia dezessete na que dirigiu a Pedro Soderini. Vê-se, porém, que a data certa é a primeira; porque Vespucci acrescenta que nesse lugar se demoraram sete dias, e que depois de fazer muitas escalas ou entradas pela Costa, chegaram no dia vinte e oito ao Cabo que denominaram Santo Agostinho”.

“Desta forma, o primeiro ponto da terra brasileira onde a esquadra de Gaspar de Lemos aportou, operou desembarque e chantou o padrão de posse inicial em todo território de Vera Cruz, não seria no Cabo de São Roque, a 16, e sim na baía do Marco, a 7 de agosto de 1501”. (págs. 63/64).

Daí, por outro lado, após leitura minuciosa e percuciente, quando de nossa participação no I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, realizado no Rio, em outubro de 1998,

sob o patrocínio do venerando Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apresentamos uma comunicação acerca do evento histórico de grande repercussão, a qual fora aprovada por todos os representantes ali presentes.

Ei-la, como, ainda mais, uma justificativa maior:

CONSIDERANDO a grande importância do Marco de Touros para a História do Brasil, conforme trabalhos de autoria de reconhecidos e renomados pesquisadores que se interessaram pelo magno assunto, cuja bibliografia e texto integram-se a esta comunicação, como fontes básicas e fidedignas, imprescindíveis ao conhecimento e projeção do episódio;

CONSIDERANDO que o referido marco foi chantado em território norte-rio-grandense pela Expedição sob o comando do capitão-mor André Gonçalves, constatando-se, assim, como o primeiro padrão de posse implantado em terras do Brasil, a 5 graus de latitude sul, pelos colonizadores lusitanos, cujo ato ocorreu a 7 de agosto de 1501, com a finalidade de registrar o reconhecimento litorâneo da terra de Vera Cruz, descoberta, um ano antes, pelo português Pedro Álvares Cabral;

CONSIDERANDO que se deve ao cosmógrafo Américo Vespúcio o relato minucioso da ocorrência de alta significação histórico-geográfica já registrada pela historiografia potiguar e brasileira, cabendo ressaltar-se que três caravelas fundearam ao largo de uma praia deserta, a qual se tornaria conhecida como Ubranduba e praia dos marcos, atualmente não mais em Touros, e sim nos limites do município de São Miguel do Gostoso, que dista 145 quilômetros da cidade do Natal/RN;

CONSIDERANDO, enfim, que merece expressivo destaque o feito ora narrado, precisamente quan-

do, no ano 2000, comemorar-se-á o V centenário do descobrimento do Brasil, tendo sido, em Porto Seguro-Bahia, o local que ancorou a esquadra de Pedro Álvares Cabral, a 25 de abril de 1500, três dias após o avistamento do Monte Pascoal;

RESOLVE:

1 - Solicitar que, no I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, os seus eminentes participantes, tomando ciência ampla do histórico acontecimento, há cerca de 500 anos ocorrido, possam melhor sentir e alcançar a sua transcendental validade, ensejando, **pari passu**, uma maior divulgação, à luz da História, que é eterna.

2 - Consequentemente, à vista e em razão deste comunicado, que seja o mesmo inserido nos anais do Colóquio, proporcionando um vasto e útil conhecimento às entidades culturais do País, centros universitários e órgãos educacionais dos Estados e da Nação. Incluam-se, de igual modo, com essa iniciativa sobremaneira oportuna, também alguns organismos de caráter histórico e geográfico, congêneres, até de outros países, para que, dessa forma, realizem-se com mais intensidade e amplitude, não apenas as comemorações dos 400 anos de fundação da cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, como, sobretudo, o V centenário do descobrimento do Brasil, no ano 2000.

Esta é a comunicação do quase secular Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte - a mais antiga instituição de cultura do Estado, nascido em 29 de março de 1902, celeiro de nobres e vivas tradições do povo norte-riograndense, em dimensões nacionais.

Evidentemente, pelo exposto, seguindo a sistemática deste enfoque, e à guisa de melhores elucidações e esclarecimentos em torno do ato de posse, em 7 de agosto de 1501, é de revelar que alguns historiadores se dividem quanto ao verdadeiro navegador que, no comando da expedição portuguesa, ancorou na praia do Marco e, ali, chantou o padrão de posse em terras de Vera Cruz.

Sim, Gaspar Correia, em "*Lendas da Índia*", livro escrito em 1510, reconhece como sendo André Gonçalves o comandante, cujo entendimento é corroborado por diversos outros pesquisadores, entre os quais Moacyr Soares Pereira (reitere-se, a maior autoridade no tema abordado), Thomaz Pompeu Sobrinho, Barão do Rio Branco e Olavo de Medeiros Filho.

João de Barros (1496-1570), em "*Décadas da Ásia*" considera Gaspar de Lemos o capitão-mor da expedição de 1501, e, com base nele, emergem as conclusões dos historiadores eméritos Visconde de Porto Seguro, Pedro Calmon, Luís da Câmara Cascudo e Augusto Tavares de Lyra.

Ora, sejamos sóbrios, coerentes, conscienciosos, acompanhando as pegadas dos eminentes historiadores, cujas lições de sabedoria e humanismo tanto dignificam e promovem a cultura pátria.

Sem dúvida, os depoimentos aqui explicitados, à vista do lógico convencimento, afugentam quaisquer controvérsias e ilações confusas, prevalecendo sempre o bom senso.

E sob esse prisma, igualmente, destacamos ser tão correta a data, que o Governo do Estado quando era governador Tarcísio de Vasconcelos Maia, em janeiro de 1976, trouxe o marco para a Fortaleza dos Reis Magos, onde se lê a data referida, no pedestal que o sustenta.

Vamos, por conseguinte, refletir sobre os feitos de nossa História, que, por ser a mestra da vida, no dizer de Cícero,

valoriza o passado numa perspectiva e projeção mais alvissareira para o presente e o porvir.

O **Marco de Touros** foi mesmo chantado a **7 de agosto de 1501**, em terras potiguares.

E ponto final...

***Enélio Lima Petrovich** é advogado, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, membro da Academia Norte-rio-grandense de Letras, do Conselho Estadual de Cultura, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano, além de outras instituições congêneres.

Obs: Texto lido e apresentado no Simpósio Momentos Fundadores da Formação Nacional - iniciativa do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - Rio 28 de junho de 2000.

Idem, no I Encontro Regional dos Institutos Históricos - João Pessoa-PB, 26 de novembro de 2000.

Publicado em "Jornal de Natal" - 19-06-2000 (Encartes 3 e 4)

Marco de Touros, o registro de nascimento do Brasil

Marcus César Cavalcanti de Morais*

O primeiro acontecimento histórico oficialmente ocorrido no território potiguar foi a fincagem do *Marco de Touros*, em 07 de agosto de 1501, um ano após o descobrimento do Brasil pelos portugueses, cujo objetivo foi oficializar o domínio sobre as terras recém-descobertas.

Para que possamos melhor compreender a razão de como se deu esse episódio histórico, precisamos retornar a quase meio século antes do descobrimento do Brasil. Em linhas gerais a presença portuguesa na costa brasileira começou a se desenhar como um desdobramento da tomada da cidade de Constantinopla, hoje Istambul, na Turquia, pelos turcos Otomanos, ocorrida no dia 29 de maio de 1453. Constantinopla era considerada a capital dos dois mundos civilizados, oriente e ocidente, devido a sua localização privilegiada, situada no estreito de Bósforo, exatamente no local onde a Europa e a Ásia se encontram. E era através de Constantinopla que as riquezas orientais, mais notadamente da Índia, ao longo de milênios, chegavam à Europa, numa intensa rede de comércio.

Os Otomanos trataram logo de bloquear as possibilidades de comércio, fechando Constantinopla aos europeus. Com isso, o império otomano se fortalecia e os países europeus perdiam o acesso a produtos importantes, na época, como pimenta, cravo, canela, sedas e porcelanas. Esse acontecimento mudou a História da Humanidade.

Portugal, principal potência marítima européia, teve que buscar a aventura de contornar a África, com a efetiva participação dos navegadores da famosa Escola de Sagres, para chegar à Índia pelo mar. Nessa época, os otomanos já negociavam com mercadores italianos de Gênova e de Florença, mas isso em nada favorecia a Portugal que é muito distante da Itália.

A busca pelo caminho marítimo para a Índia fez com que Portugal investisse seus recursos humanos e materiais em novas embarcações e estilos de navegação, além do estudo de diferentes teorias sobre o universo e sobre a Terra. Nessa luta contínua destacaram-se nomes como Bartolomeu Dias que chegou ao Cabo da Boa Esperança, costa africana, em janeiro de 1488, e o fidalgo Vasco da Gama que dez anos depois, em maio de 1498 conseguiu finalmente, pelo mar, chegar à rica Índia.

O primeiro contato do emissário do Império português, Vasco da Gama, com o samorim (governante) de Calicute, na Índia, foi humilhante para Portugal. O samorim, homem vaidoso e arrogante, impôs dificuldade para a realização do encontro que, somente foi realizado após vários dias de espera. Os portugueses causaram má impressão pelo aspecto de seus trajes e pelo mau cheiro, além da pobreza dos presentes oferecidos.

No esforço para avançar nas negociações e conquistas em território da Índia, o rei D. Manuel, informado do desprezo do samorim de Calicute pelos portugueses, encarregou Pedro Álvares Cabral, fidalgo que nunca tinha chefiado uma esquadra, como comandante de uma poderosa frota armada com destino ao Oriente. Estava, assim, montada a maior esquadra já feita para navegar no Oceano Atlântico e também a mais rica, já que o objetivo de D. Manuel era desfazer a má impressão deixada pelos portugueses na Índia e "conquistar" a amizade do poderoso governante de Calicute, grande cidade da Índia.

A frota de Cabral partiu de Lisboa, no dia 9 de março de 1500, contando com 13 navios e 1.500 homens que se dividiam em dois grupos: homens de armas e homens do mar. Com pouco mais de um mês singrando as águas do Oceano Atlântico, na tarde do dia 22 de abril de 1500, os marujos de Cabral viram terra erguendo-se à frente, um "monte mui alto e redondo", área que recebeu depois o nome de Monte Pascoal.

Após contatos iniciais de sondagens, onde os marujos procuravam conhecer os primitivos habitantes da nova terra e os índios tentavam conhecer o "novo" que chegava pelo mar, foi erguida uma cruz de madeira para a realização da primeira missa, no dia 1º de maio de 1500, numa sexta-feira, celebrada pelo Frei Henrique de Coimbra.

No dia seguinte à celebração da missa, a frota de Cabral prosseguiu sua viagem pelo mar com destino à Índia. Mas, para comunicar a descoberta da nova terra ao rei D. Manuel, a embarcação que servia para conduzir mantimentos foi esvaziada, e sob o comando de Gaspar de Lemos foi enviada de volta para Portugal com as "boas novas".

Ao tomar conhecimento da descoberta o rei D. Manuel iniciou as providências para assegurar a posse e o domínio português sobre as terras brasileiras enviando uma expedição composta por três embarcações e comandada pelo capitão-mor André Gonçalves, contando também com Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio. A frota saiu de Portugal no dia 14 de maio de 1501, passando pelas Ilhas Canárias e chegando ao Senegal (costa africana) após 11 dias de navegação, onde permaneceu mais 11 dias, iniciando no dia 5 de junho a travessia do Atlântico. O percurso rumo ao Brasil foi realizado no decorrer de 64 dias, chegando à orla marítima de Touros no dia 7 de agosto de 1501, desembarcando, precisamente, na área hoje localizada na divisa dos municípios de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso, denominada Praia do Marco.

Ao chegarem à região, a primeira providência tomada pelos portugueses foi a fixação de um marco feito em pedra de mármore, com o desenho da *Cruz da Ordem dos Cavaleiros de Cristo*, a famosa *Cruz de Malta*, registrando, dessa forma, a presença portuguesa na área.

O *Marco de Touros*, como é conhecido, é o mais antigo marco colonial da História brasileira e pode ser visto, atualmente, no museu da Fortaleza dos Reis Magos. Além do *Marco de Touros*, mais dois marcos foram deixados pela mesma expedição portuguesa na costa brasileira, como simbologia do domínio português: um segundo no litoral baiano, que não se tem notícia de sua existência e um terceiro no litoral de São Paulo, na praia de Cananéia, que encontra-se atualmente no museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro.

Durante muito tempo a população da localidade de Touros e proximidades, por falta de conhecimento, considerou o *Marco de Touros* como uma "pedra santa", objeto de devoção e de fé que, constantemente adornado com fitas votivas e velas devocionais como pagamento de promessas, atraía devotos em romarias.

Até o ano de 1890 o *Marco de Touros* era completamente ignorado e não se tinha conhecimento da sua importância para a História do Brasil. Foi quando o historiador pernambucano José de Vasconcelos, autor de *Datas Célebres e Fatos Notáveis da História do Brasil*, valiosíssimo trabalho publicado no ano de 1875, deu conhecimento da existência do primeiro marco de posse do Brasil, chantado a 5° 3' 41' latitude sul, baseado em pesquisa realizada na carta de Américo Vespúcio, intitulada "Lettera", datada de 4 de setembro de 1504 e endereçada a Pietro Soderini, empresário com atuação em Portugal, à época financista de expedições marítimas. O interessante é que a coordenada geográfica citada na carta de Vespúcio coincide exatamente com a localização de Touros e na mesma época José de Vasconcelos foi ao local para fazer a devida constatação.

No dia 27 de agosto de 1890, o então governador do Rio Grande do Norte, Joaquim Xavier da Silveira Júnior, através do Decreto nº 47, oficializou a data de 7 de agosto, dia da chantização do *Marco de Touros*, como feriado consagrado à descoberta marítima do Rio Grande do Norte.

Nesse mesmo ano de 1890, exatamente no dia 7 de outubro, quando da realização da 16ª sessão ordinária do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, no Rio de Janeiro, o historiador cearense Tristão de Alencar Araripe relatou a informação de José de Vasconcelos e propôs que fosse enviado ofício ao Governo Provisório com solicitação para que o referido marco fosse transportado para a sede daquele Instituto, na capital federal, por ordem do Ministério da Instrução Pública, onde já se encontrava o *Marco de Cananéia*.

Vários historiadores e intelectuais que estudaram sobre o *Marco de Touros* publicaram suas impressões a respeito do mais antigo marco colonial da História brasileira.

No dia 27 de agosto de 1928, o grande Luís da Câmara Cascudo, acompanhado do causídico Nestor Lima, visitou o local do *Marco de Touros* para conclusão de seus estudos a respeito do assunto e publicou no jornal "A República", edição de 6 de setembro daquele ano um detalhado relato onde afirma: "O padrão de pedra trabalhada proclama que não foi posto para limite nem fixação de raia de posse. É marco de domínio. A Cruz de Cristo, o escudo severamente talhado, a ausência daquele tipo mineral, nas cercanias de dominação, respondem pelo desejo preconcebido de signar com ele terras para El-Rei".

O historiador e causídico Nestor Lima, também tratando do assunto, chegou a conclusões idênticas às de Cascudo, publicando sua impressão em 1930.

Oswaldo Câmara de Souza, em 1981, inclina-se pela mesma explicação adotada por Cascudo e por Nestor Lima, isto é, que a esquadra comandada por Gaspar de Lemos, chegada em 1501, trouxera aquele marco lapidar.

Moacyr Soares Pereira, historiador alagoano, concluiu pelo fato de o Marco ter vindo na esquadra de 1501 que, na sua opinião, foi comandada por André Gonçalves. Já o historiador Pedro Rebouças de Moura alia-se aos de opinião que a esquadra foi comandada por Gaspar de Lemos.

Jeanne Fonseca Leite Nesi cita a mesma esquadra tendo sido comandada por André Gonçalves, chegada ao litoral potiguar em 1501, onde cantou o *Marco de Touros*.

Olavo de Medeiros Filho adotou a mesma teoria, já exposta por Moacyr Soares Pereira, isto é, que o Marco foi implantado pela esquadra comandada por André Gonçalves.

Nilson Patriota, em livro, comenta também aquela chegada da esquadra ao território norte-rio-grandense, em 1501, fazendo referência aos dois nomes apontados como tendo capitaneado aquela frota: André Gonçalves e Gaspar de Lemos.

Se a esquadra foi comandada por André Gonçalves ou por Gaspar de Lemos, isso não faz diferença. Ambos faziam parte da expedição que também trazia como estrela o cosmógrafo Américo Vespúcio. O mais importante nisso tudo é que todos os historiadores que trataram deste assunto afirmam ser o *Marco de Touros* o mais antigo marco colonial do Brasil, o símbolo material incontestado, que oficializou o nascimento do Brasil.

Em 1998, durante a realização do I Colóquio dos Institutos Históricos Brasileiros, na cidade do Rio de Janeiro, o nosso glorioso Instituto Histórico, pelo seu presidente, Dr. Enélio Lima Petrovich, em contundente discurso, apresentou um importante comunicado detalhando a questão do *Marco de Touros*, quando fez solicitação do devido registro nos anais daquele colóquio e o pleno reconhecimento do fato histórico pela intelectualidade brasileira.

Não poderia deixar de também registrar a opinião do presidente da Academia de Letras do Rio Grande do Norte,

advogado Diógenes da Cunha Lima, que, em artigo publicado no suplemento "Podium" do "Diário de Natal", edição de 21 de abril de 2000, afirma: "A posse foi exercida fisicamente na simbologia do Marco, chantado na Praia dos Marcos, ao Norte de Natal. Do ponto de vista jurídico, pode-se dizer que o Brasil nasceu, para conhecimento de outras nações, no Rio Grande do Norte".

Ao pesquisar alguns assuntos históricos, descobri que o *Marco de Touros* tem um significado da mais alta importância para a História do Rio Grande do Norte, para a História do Brasil e, também, para a História da Humanidade. O *Marco de Touros* é a própria certidão de nascimento do Brasil. Com ele oficializou-se o surgimento do maior país da América Latina. É preciso que despertemos para a importância histórica desse fato, a posse jurídica da terra brasileira para Portugal. Precisamos proclamar em dimensões nacionais que o nascimento do Brasil não se deu quando de seu descobrimento, mas, sim, quando da posse de sua terra em 7 de agosto de 1501, exatamente aqui, no nosso torrão potiguar.

Procurando lançar o embrião que possa vir a tornar esse fato histórico do conhecimento da população e obter o reconhecimento das autoridades e da intelectualidade brasileiras, procurei discutir com meus confrades, debater em palestras e publicar artigos na imprensa local, visando despertar iniciativas oficiais. Em seguida elaborei um estudo que foi apresentado ao deputado Valério Mesquita, com argumentos de que essa data deveria ser a data de aniversário do Rio Grande do Norte. Um projeto-de-lei com embasamento neste estudo foi apresentado pelo deputado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte, sendo aprovado por unanimidade e tornado Lei que tomou o número 7.831, sancionada pelo governador Garibaldi Filho, em 31 de maio de 2000.

O governador Garibaldi Filho, no dia 5 de agosto de 2000, dois dias antes da primeira comemoração oficial do

aniversário do Rio Grande do Norte, se expressou sobre o assunto através do "O Jornal de Hoje", quando afirmou: *"Ao sancionar este projeto-de-lei, a minha intenção é fixar, como está dito no próprio decreto, a importância que tem o marco colonial de Touros, o início de nossa existência. O fato de nós termos esse marco deverá nos levar a um cuidado maior com a nossa História, o que ele poderá representar até sob o ponto de vista do turismo histórico e cultural, que poderá desenvolver naquela região. Toda essa idéia é muito recente e, infelizmente, não será possível fazer muitas comemorações este ano. Isso pode ser até objeto de alguma contestação, mas a lei foi praticamente sancionada em 1º de junho. Foi muito pouco tempo para agente tomar providências. Deixo claro, porém, que não apenas a intenção do governo de sancionar a lei sob caráter formal, mas queremos viver essa data. Eu diria que é uma coisa nova na compreensão das pessoas. Deve haver engajamento nas escolas, modificar currículos para inserir informações sobre o fato. Nada como a imprensa para começar esse debate"*.

As comemorações dos 499 anos do Rio Grande do Norte aconteceram de forma muito tímida, sem nenhuma programação oficial. Não fosse a brilhante iniciativa dos Correios de lançar um selo comemorativo ao *Marco de Touros*, em solenidade ocorrida no Instituto Histórico e Geográfico, teríamos passado totalmente em branco. Da iniciativa privada louve-se a atitude do único empresário a homenagear o Estado do Rio Grande do Norte em seu aniversário, o papajerimum Antônio Gentil, que publicou na imprensa um anúncio alusivo à data.

É preciso que haja um firme conagraçamento de toda a sociedade para a conscientização da população desse fato histórico tão importante. Mas entendo que a iniciativa e a coordenação das ações nesse sentido devem partir do governo, principalmente apoiando as instituições já

Assembléia Legislativa

Rio Grande do Norte
Gabinete Deputado Valério Mesquita

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Requeiro, na forma regimental, ouvidas as lideranças partidárias, que seja encaminhado apelo ao Exm^o. Sr. Secretário Estadual do Turismo, Dr. Ivanaldo Bezerra, no sentido de elaborar e divulgar a programação dos 500 anos do Rio Grande do Norte, cujo aniversário ocorrerá em 7 de agosto próximo.

J U S T I F I C A T I V A

Dia sete de agosto de 2001, o Rio Grande do Norte completa quinhentos anos do seu descobrimento. Um aniversário invejável. Pouquíssimos Estados brasileiros ostentam esse privilégio. Tudo começou com a fincagem do Marco de Touros por navegadores portugueses do quilate de André Gonçalves ou Gaspar de Lemos e Américo Vespúcio. Trata-se de fato histórico irretorquível consagrado pelos historiadores Câmara Cascudo e Olavo de Medeiros Filho, além do alagoano, homem de letras e profundo conhecedor do tema, Moacyr Soares Pereira. Como bem disse o escritor Enélio Lima Petrovich, *o Marco de Touros foi um momento fundador da formação nacional que assinalou a posse jurídica de Portugal da terra brasileira, começando pelo Rio Grande do Norte.*

O Governo do Estado tornou esse evento reconhecido através da Lei nº 7.831, no dia trinta de maio de 2000, publicada no Diário Oficial, em 31 de maio do mesmo ano.

Mas, o que está faltando diante da tantas evidências? Que as autoridades oficiais do Rio Grande do Norte, da área da Cultura, Educação e do Turismo se conscientizem ou, até, se compadeçam que essa data não pode passar em branco. E, por extensão, que não fiquem, também, acéfalas, as instituições privadas que promovem a cultura, em todos os segmentos. A efeméride (desculpem o vocábulo) é de todos nós. O Rio Grande do Norte precisa sair do provincianismo no âmbito cultural. Ele já é estatística na economia como maior produtor ou exportador do país de frutas, sal, camarão, petróleo, por que não pede passagem para proclamar ao Brasil que não é só de acarajé e vatapá que se alimenta a formação da nossa nacionalidade!!

A privilegiada posição geográfica do Rio Grande do Norte no mapa brasileiro sempre se constituiu em pioneirismo de episódios históricos há quinhentos anos, passando pela segunda guerra mundial, quando foi o único Estado da Federação que mereceu, à época, a visita de um Presidente americano face a sua importância estratégica no continente.

Faltam menos de seis meses para o sete de agosto. Ninguém ainda se reuniu e muito menos existe dotação orçamentária para as celebrações. Espero que tudo não vá se resumir em reuniões de grêmio estudantil e entrevistas em jornais. A importância da data merece muito mais.

Sala das Sessões do Palácio José Augusto, em 27 de março de 2001.

Deputado VALÉRIO MESQUITA

Poder Executivo

Lei nº 7.831, de 30 de maio de 2000

Fica instituído o dia 07 de agosto, alusivo à fixação do Marco Colonial de Touros.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE: FAÇO SABER que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído o dia 07 de agosto, alusivo à fixação do Marco Colonial de Touros, em terra potiguar, como data de aniversário do Rio Grande do Norte.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Palácio de Despachos de Lagoa Nova, em Natal, 30 de maio de 2000, 112º da República.

GARIBALDI ALVES FILHO
Paulo Roberto Chaves Alves
Luís Eduardo Carneiro Costa

(Diário Oficial de 31 de maio de 2000 - nº 9.763)



Coleção Cultura

Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte

1. ANTOLOGIA DO PADRE MONTE - *JURANDYR NAVARRO*
2. ACONTECEU NA CAPITANIA DO RIO GRANDE - *OLAVO DE MEDEIROS FILHO*
3. DISFARÇADOS - *LUCAS DA COSTA*
4. PARIS NOS TEMPOS DE DEBUSSY - *ORIANO DE ALMEIDA*
5. HISTÓRIA DE NÍSIA FLORESTA - *ADAUTO DA CÂMARA*
6. OS HOLANDESES NA CAPITANIA DO RIO GRANDE - *OLAVO DE MEDEIROS FILHO*
7. HISTÓRIA DO RIO GRANDE DO NORTE - *A. TAVARES DE LYRA*
8. MEMÓRIA DE MACAU - *HÉLIO DANTAS*
9. REVISTA DO IHG/RN - ÍNDICE GERAL - *FERNANDO HIPPOLYTO DA COSTA*
10. A CIDADE E O TRAMPOLIM - *JOÃO WILSON MENDES MELO*
11. HISTÓRIA DA CIDADE DO NATAL (3ª EDIÇÃO) - *LUÍS DA CÂMARA CASCU DO*
12. HISTÓRIA DE SANTOS REIS - A CIDADE E O BAIRRO - *JOSÉ MELQUÍADES*
13. NO CORRER DO TEMPO - *ENÉLIO LIMA PETROVICH*
14. RETRATO NARRADO DA CIDADE DO NATAL - *MARCUS CÉSAR CAVALCANTI DE MORAIS*
15. DEPOIMENTOS - *JOSÉ GURGEL GUARÁ*
16. RIO GRANDE DO NORTE - 500 ANOS -
17. CINCO SÉCULOS DO RIO GRANDE DO NORTE - A FORMAÇÃO DO ESPAÇO NORTE-RIO-GRANDENSE - *CARLOS NORONHA*
18. REVISTA DO IHG/RN - VOLUME LXXXVI

O Senado Federal, editando esta publicação, tributa o seu louvor ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte.

É que, neste ano de 2001, o Estado Norte-rio-grandense está comemorando o seu V centenário, tendo como origem e fundamento maior a chantadura do Marco de Touros, em 7 de agosto de 1501, comprovando a existência do primeiro padrão de posse em território brasileiro.

Daí, 7 de agosto, conforme a Lei Estadual nº 7.831, de 30 de maio de 2000, ser a data de aniversário do Rio Grande do Norte.

Com efeito, não se pode nem se deve, jamais, olvidar o nosso passado histórico, porquanto o mesmo sintetiza e transmite às gerações de hoje e do porvir lições de civismo e de amor à pátria.

Reunidos, dessa forma, neste grande livrinho, estão os escritos de Olavo de Medeiros Filho, Luís da Câmara Cascudo, Enélio Lima Petrovich, Marcus César Cavalcanti de Moraes e Valério Mesquita, referentes ao evento de alta significação para a própria História do Brasil.

Aplausos, assim, à iniciativa da Casa da Memória potiguar, celeiro de vivas e nobres tradições de nosso povo, às vésperas das festividades, em 2002, dos 100 anos de sua fundação, por ela criada em 29 de março de 1902. É a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte.

Já significa, sem dúvida, esta edição, como que o resultado de um trabalho feito de uma série de promoções pelo grandioso acontecimento.